

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, do Senador Assis Gurgacz, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, ureia pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal).*

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 319, de 2012, de autoria do Senador ASSIS GURGACZ, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A proposição é estruturada em três artigos.

O primeiro deles acrescenta inciso XIX ao art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, de modo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, ureia pecuária e fosfato dicálcico, todos suplementos minerais para uso animal. O mesmo dispositivo ainda define limite temporal para o benefício, que deve expirar em 31 de dezembro de 2018.



SF/13544.97493-27

O art. 2º remete ao Poder Executivo a estimativa da renúncia fiscal decorrente da conversão do projeto em lei, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 3º contém a cláusula de vigência, a dar-se na data da publicação da futura lei, com a ressalva de que a redução de alíquotas só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que forem implementadas as cautelas constantes do art. 2º.

Ao justificar a proposta, o Autor apresenta dados preocupantes sobre a evolução dos preços dos suplementos minerais entre os anos de 2007 e 2012, situação que compromete sobremaneira a atividade pecuária. Afirma, ademais, existirem assimetrias entre os tratamentos tributários dispensados aos suplementos citados no presente projeto e outros insumos correlatos dentro do próprio agronegócio, como no caso da ureia agrícola, isenta de PIS/Pasep e Cofins desde a edição da Lei nº 10.925, de 2004.

Apresentado em agosto de 2012, o projeto foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e à CAE, nessa última em decisão terminativa.

Na CRA, recebeu parecer favorável com a Emenda nº 1, que amplia o rol de produtos beneficiados com a desoneração pretendida no PLS.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, inclusive sobre tributos, tarifas, finanças públicas e normas gerais sobre direito tributário.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário e sistema tributário, conforme o disposto nos arts. 24, inciso

I, e 48, inciso I, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto atende à juridicidade, vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro.

A proposição respeita, também, os requisitos da boa técnica legislativa, em perfeita consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, assiste razão ao Autor quanto à necessidade de incentivo à pecuária e ao agronegócio em geral, atividade econômica indispensável ao desenvolvimento do País no contexto vigente.

Julgamos, entretanto, inoportuno aliviar a carga tributária incidente sobre os suplementos minerais pelo caminho da redução das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. O PIS/Pasep financia o seguro-desemprego e o abono referido no § 3º do art. 239 da Constituição Federal, ao passo que a arrecadação da Cofins sustenta o caixa da Seguridade Social. Os segurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, os desempregados e os assalariados com remuneração mensal de até dois salários mínimos são, por definição, muito mais vulneráveis economicamente que os produtores rurais, não nos parecendo justo que suportem os efeitos dos benefícios tributários concedidos a quem se encontra em patamar muito superior na pirâmide social, por mais que a reivindicação do agronegócio se mostre sensata e defensável do ponto de vista do empreendedor.

Concordamos que se deva buscar uma solução para a alta tributação dos insumos pecuários e para o efeito nefasto de retirar competitividade do setor, mas não à custa do desfalque da Seguridade Social e de programas voltados aos mais pobres.

Ademais, no aspecto formal, há outro ponto questionável no PLS, que remete ao Poder Executivo as providências relativas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os cálculos das perdas de

receita já deveriam acompanhar o projeto, não sendo adequado, em nosso entendimento, remetê-los à competência de outro Poder.

Lembramos, nesse ponto, que, além da obediência à Lei Complementar nº 101, de 2000, as alterações propostas deveriam ter observado os requisitos do art. 91 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto 2012), transcrito a seguir:

Art. 91. Somente será aprovado o projeto de lei ou editada a medida provisória que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

Por todo o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, restando prejudicada a Emenda nº 1 – CRA por força do art. 301 do Regimento Interno.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, restando prejudicada a Emenda nº 1 – CRA por força do art. 301 do Regimento Interno.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator